

A GESTÃO DE SAÚDE E AS DROGAS: UM OLHAR SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL ANNA JUNQUEIRA AYRES TOURINHO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA¹

Rejane Lima de Queiroz²

RESUMO

Esta pesquisa de cunho exploratório de abordagem quantitativa e qualitativa teve como foco principal levantar o perfil dos jovens franciscanos que fazem uso abusivo de drogas principalmente de drogas lícitas como o álcool. O público alvo para a coleta de dados envolveu estudantes do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho no município de São Francisco do Conde, Bahia. Neste trabalho também verificamos como a gestão de saúde municipal enxerga e lida com esse problema específico de saúde. Para tanto, observamos as ações, propostas ou estratégias que a gestão de saúde do município vem adotando como forma de resolver essa questão. Verificamos se essas ações, propostas ou estratégias precisam ser construídas, implantadas ou reformuladas. Destacamos nas conclusões deste trabalho a importância do papel da família, da conscientização para o bem-estar, do acesso fácil ao dinheiro e da religião como forma de controle ao uso de drogas.

Palavras-chave: Alcoolismo - Diagnóstico - São Francisco do Conde (BA). Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho - Estudo de casos. Jovens - Uso de álcool - São Francisco do Conde (BA). Saúde pública - São Francisco do Conde (BA) - Administração.

ABSTRACT

This exploratory research of quantitative and qualitative approach had as main focus to raise the profile of the young Franciscans who make abusive use of drugs mainly of legal drugs like alcohol. The target audience for data collection involved students from the Anna Junqueira Ayres Tourinho State College in the municipality of São Francisco do Conde, Bahia. In this work we also verify how the municipal health management sees and deals with this specific health problem. Therefore, we observe the actions, proposals or strategies that the health management of the municipality has been adopting as a way of solving this issue. We check if these actions, proposals or strategies need to be constructed, implemented or reformulated. We highlight in the conclusions of this study the importance of the role of the family, of the awareness for the well-being, of the easy access to money and the religion as a form of control to the use of drugs.

Keywords: Alcoholism - Diagnosis - São Francisco do Conde (BA). Anna Junqueira Ayres Tourinho State School - Case study. Public health - São Francisco do Conde (BA) - Administration. Youth - Use of alcohol - São Francisco do Conde (BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Especialização em Gestão em Saúde, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Adolfo Tanzi Neto.

² Estudante do Curso de Especialização em Gestão de Saúde pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pólo São Francisco do Conde.

1 INTRODUÇÃO

Há duas décadas a questão das drogas vem ganhando espaço e sendo debatida pelos variados setores que compõe a sociedade franciscana e brasileira uma vez que seus desdobramentos afetam a todos nós. Encarar as drogas como problema de saúde pública, exige medidas eficazes em seu enfrentamento por parte das instituições e dos cidadãos.

Para Charbonneau (1988),

a droga tornou-se um inimigo constante no quadro da atual civilização. Ela está na origem de um medo que, sem ser novo, está cada vez mais espalhado. Ainda mais que esse perigo ameaça não apenas alguns indivíduos, mas gerações inteiras da nossa juventude. Primeiramente nós a vimos invadir algumas camadas sociais marginais, para em seguida infiltrar-se gradualmente no universo dos jovens. Da infiltração passou-se rapidamente à agressão. Porque é de agressão que se trata agora, pois os jovens de todas as idades, desde a infância até a juventude, são obrigados a defender-se contra ela e a enfrenta-la numa idade na qual dificilmente são capazes de definições existenciais tão definitivas (CHARBONNEAU, 1988, p. 9).

Muitos jovens têm sua vida ceifada pelo crescimento da violência trazida pelas drogas. Infelizmente a cidade de São Francisco do Conde incorpora-se nas estatísticas e frequentemente aparece nas manchetes dos programas de televisão e nas matérias de jornais. Trabalhar na educação lecionando para jovens do ensino fundamental 2 ao longo de uma década e meia suscitou várias indagações a respeito das drogas e seus impactos na vida desses jovens e de todos que padecem com esse problema.

A cidade de São Francisco do Conde, localizada no Estado da Bahia, segundo dados do IBGE no ano de 1996 o censo demográfico populacional assinalava a existência de 24.213 (vinte quatro mil duzentos e treze habitantes). Quatro anos mais tarde no ano de 2000 a população apresentou um crescimento passando para a casa dos 26.282 (vinte e seis mil duzentos e oitenta e dois habitantes). No último censo, realizado no ano de 2010, a população havia saltado para 33.183 (trinta e três mil, cento e oitenta e três habitantes), ocupando uma área de 269,609 km². A população estimada pelo IBGE no ano de 2017 era de 40.220 habitantes. O crescimento desordenado da cidade fez com que esse problema eclodisse e se agravasse. A cidade antes pacata e tranquila vive dias de insegurança e violência.

Diante dessa nova realidade surge o questionamento: a gestão de saúde do município enxerga a questão das drogas como uma questão de saúde pública? Que ações, propostas ou estratégias, a gestão de saúde do município tem adotado como forma de resolver a questão? E, por fim, essas ações, propostas ou estratégias precisam ser construídas, implementadas ou reformuladas? Muitos desses questionamentos sem resposta nos instigaram a desenvolver esta pesquisa. Assim, pretende-se conhecer melhor a gestão de saúde e políticas e ou ações desenvolvidas para prevenir, tratar e combater as drogas no município em questão.

Para se fazer uma boa gestão de saúde é necessário conhecer bem a instituição, seja ela pública ou privada, administrar, avaliar as políticas públicas adotadas e aplicadas. Além disso, um bom gestor de saúde deve gerir programas e equipes. O que se percebe é que ao longo dessas duas últimas décadas o município não desenvolveu estratégias de saúde eficazes para cuidar dessa sociedade adoecida. Nota-se também a falta de uma política antidrogas no município.

Discorrendo sobre o plano municipal de saúde do município de São Francisco do Conde, que deveria ser de acesso público percebemos que não encontra-se disponível para o cidadão em consulta online. Na página do site oficial online da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde temos algumas notícias sobre o plano e no diário do município temos a nomeação de uma equipe de trabalho para o plano de saúde (2018-2021) que posteriormente será submetido a uma consulta pública.

Identificar como a gestão de saúde vem lidando com a questão das drogas e se ela percebe este problema como de saúde pública constitui um das muitas metas que precisam ser discutidas se quisermos derrotar esse mal estar social. E acreditamos que tais informações (dados estatísticos) devem estar disponíveis e ao alcance de qualquer cidadão.

Faz-se necessário que todos nós conheçamos as políticas de saúde, a forma de como a gestão de saúde do município vislumbra e encara a questão. Outro aspecto que não se pode perder de vista é a compreensão da política criminal e antidrogas do Brasil. Cabe a nós como cidadãos conscientes e engajados, como família e como sociedade, contribuir, sugerir, elaborar estratégias e planos em conjunto com o gestor para alcançar metas, acompanhar e fiscalizar sua execução na prevenção, tratamento e combate.

Debater, discutir essa questão é essencial e de grande relevância para a sociedade, uma vez que é ela quem sofre com as consequências desse problema e que sem dúvida tem muitos desafios a serem vencidos, para que possamos propiciar um ambiente de tranquilidade e bem estar para todos os munícipes.

A definição da palavra DROGAS segundo a Organização Mundial de Saúde (doravante, OMS³) é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento.

As drogas classificam-se em lícitas e ilícitas. Há ainda uma classificação estabelecida considerando o aspecto de interesse didático que se baseia em ações ou efeitos das drogas no sistema nervoso central, temos assim as drogas depressoras, estimulantes e perturbadoras. Por fim, aparecem as drogas nas quais os efeitos psicoativos não permitem classificá-las em uma única categoria como, por exemplo, o tabaco, a cafeína e os esteroides anabolizantes.

Como nas muitas cidades espalhadas pela unidade federativa do Brasil, os principais usuários dessas substâncias entorpecentes são jovens e pelos mais variados motivos, sejam elas, por lazer, por enfrentamento de situações problemáticas, para transgressão e afirmação perante um grupo, por motivos religiosos e ou cultural ou por simplesmente para isolar-se ou socializar-se.

Ao adentrarmos nesta etapa de construção da pesquisa não podemos deixar de mencionar alguns conceitos importantes como epidemiologia, prevalência e incidência. Dentre esses conceitos não podemos deixar de considerar também o uso abusivo e a dependência.

Os indicadores epidemiológicos são importantíssimos para delinear um mapa e assim poder traçar um plano para solucionar o problema ou pelo menos amenizá-los. Os indicadores nos fornecem dados relevantes como, por exemplo, internações hospitalares, por uso e ou dependência; atendimentos ambulatoriais de usuários de drogas/álcool; atendimentos por overdoses; casos de violência decorrente do uso de drogas; apreensões de drogas e prisões de traficantes por parte da polícia; mídias (notícias veiculadas em jornais e programas televisivos ou rádio);

Segundo a matéria veiculada no jornal Correio da Bahia online no mês de março de 2017, a diretora-geral da Organização Mundial de Saúde, Margaret Chan

³ OMS é a sigla para Organização Mundial da Saúde, que é uma agência especializada em saúde, fundada no ano de 1948 e é subordinada à Organização das Nações Unidas. A sede da OMS é em Genebra, na Suíça.

fez um pronunciamento em Viena sobre as drogas: "A OMS estima que o consumo de drogas seja responsável por cerca de meio milhão de mortes a cada ano. Mas este número só representa uma pequena parte do dano causado pelo problema mundial das drogas".

Quanto à proposta de tratamento o que temos de concreto no município de São Francisco do Conde? As abordagens terapêuticas podem contribuir sensivelmente para que o usuário se motive e queira tratar-se? Na maioria dos casos o tratamento parte da vontade do indivíduo reconhecer que precisa de ajuda ou tratamento. Porém, esse engajar-se no tratamento decorre de perdas ou do próprio indivíduo não suportar a vida que leva. Como vimos muitos são os desafios para que os problemas oriundos com as drogas tenham soluções eficazes. Estabelecer parcerias com instituições que façam tratamento que realmente deem resultados.

Qual a política e a legislação sobre drogas no Brasil? Para responder a este questionamento é necessário conhecer a medida provisória nº 1669/98. Em 2011 passamos a contar com o decreto nº 7.426 e por fim em 2002 foi sancionado o Decreto Presidencial nº 4.345. Já no ano de 2006 aprovou-se a Lei nº 11.343 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Além disso, é preciso que conheçamos a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) e o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

A experiência nos faz refletir que um trabalho engajado e bem articulado entre a gestão, a sociedade, as instituições e órgãos nos possibilitam não só a troca de conhecimento, mas o fortalecimento de vínculos. O estabelecimento de parcerias a fim de garantir que os planos estabelecidos pela gestão tenham êxito e concretizem os objetivos no que concernem as ações antidrogas no município. Para tanto faz-se necessário conhecer as legislações e políticas antidrogas de prevenção, tratamento e o seu combate. Igualmente, compreender o contexto no qual se insere a sociedade para então poder construir, aplicar, estabelecer planos de metas, avaliar seus impactos e monitorar a execução.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLITICAS PÚBLICAS

De acordo com a OMS, os sistemas de saúde são definidos como o conjunto de atividades, no qual o principal propósito é promover, restaurar e manter a saúde da população.

O sistema de proteção social é parte integrante do sistema de saúde que engloba outros sistemas. O sistema de proteção social está associado diretamente às políticas públicas. As políticas públicas visam à proteção do indivíduo contra os riscos ou ainda em prestar assistência e esta estiver ligada ou associada a alguma situação de dependência.

O conceito de Política Pública está vinculado a um segundo sentido da palavra política. Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, do seu processo de construção e da atuação dessas decisões. (BRANCALEON, Brígida Batista. Apud. SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2013)

Ainda segundo BRANCALEON p.2. 2015 em Políticas Públicas: Conceitos básicos “De antemão, advertimos que há diversos entendimentos do que seja Política Pública e por isso, certo, errado, melhor ou pior não deve ser o objeto de análise. Por exemplo, Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984) seguem uma mesma linha em que focam o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell: decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2006).

O governo do estado da Bahia adotou através do Programa Pacto pela Vida uma política antidrogas com o objetivo não só de discutir, mas de formular, articular, acompanhar diversos projetos que contribuam seja para o tratamento, ressocialização e ou reinserção do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho. Todo esse trabalho desenvolvido pelo governo busca sempre por parcerias não só entre as secretárias que compõe o governo, mas com a união, defensoria pública, ministério público e municípios.

O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEPAD) foi originalmente criado na Bahia e regulamentado pela lei de criação 4.684 de 28 de novembro de

1986. Sofreu alterações ao longo dos anos (2013 e 2014). É uma instituição de caráter consultivo e deliberativo cujo objetivo é acompanhar e avaliar as ações propostas pelo governo no que diz respeito ao combate às drogas, prevenção e tratamento.

A gestão de saúde municipal tem adotado políticas públicas de saúde e aderindo a programas e fazendo parcerias em inúmeros projetos relacionados à saúde e bem-estar dos indivíduos. Quanto à questão das drogas pontuamos que não é uma questão prioritária, uma vez que são tímidas as ações que contemplem esta temática e muitas vezes estão atreladas à secretaria de educação e outras instituições do município.

2.2 GESTÃO DE SAÚDE E OS DESAFIOS COM AS DROGAS

A gestão de saúde do município de São Francisco do Conde está atualizada com as mudanças ocorridas nas legislações no que concernem às políticas de saúde independente de suas especificidades. Podemos citar, por exemplo, a saúde mental. Há muito vem se debatendo a questão da reinserção dos indivíduos em tratamentos na sociedade, mas para isso faz-se necessário que estas pessoas deixem as clínicas e diversas instituições que as acolhem e voltem para o seio de suas respectivas famílias, dessa forma garante-se os direitos de cidadão e ao mesmo tempo promovemos a inclusão e quem sabe a sua reabilitação.

As ações desenvolvidas pela gestão de saúde do município estão restritas à Formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) e estão destinadas aos trabalhadores da área de saúde: agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem. Com o objetivo de acompanhar, monitorar os indivíduos atendidos pelo CAPS-Centro de Atenção Psicossocial. Ou seja, apenas um grupo seleto de profissionais de saúde tem formação apenas para atender a política de saúde mental destinada às famílias que convivem e tem pessoas com transtornos mentais na família independente de ser causado pelas drogas ou não.

Pensando no acesso de qualquer indivíduo à saúde do município o posto de saúde é o principal mecanismo de atendimento, portanto, entendemos que todos os profissionais que trabalham na saúde deveriam ser capacitados para lidar com os mais diversos tipos de atendimento. É de suma importância que todos saibam acolher, ouvir, encaminhar e cuidar de todos.

A questão das drogas é um problema grave de saúde e que deve ser encarado pela saúde não só como prevenção (campanhas), mas de mobilização, de formação e capacitação constante de toda a sociedade visando reduzir seus impactos. Precisamos conhecer para traçar as melhores estratégias no seu combate, construir uma Política Antidrogas para o município, estabelecer parcerias no combate ao comércio e tráfico e descobrir as possíveis rotas desse tráfico.

Ainda sobre as drogas, o município desenvolve outras ações através de parcerias com outras instituições a exemplo do 1º seminário de enfrentamento às drogas realizado em 2014 no município, que foi iniciativa à época do Departamento de Juventude ligado a Secretária de Desenvolvimento Social (DEJUV). O Seminário, criado por um grupo de jovens, preocupado com o uso indiscriminado de drogas e o crescente número de violência, praticado pelos jovens da cidade, intitulado: Por que eu digo não às drogas.

O Programa de Resistência às Drogas e Violências (PROERD) em parceria com a Polícia Militar dentro das escolas. Iniciativa Pedagógica ao uso de drogas e atos de violência nas escolas com ênfase no desenvolvimento da cidadania e solidariedade. Este projeto é desenvolvido por policiais militares nas unidades escolares com alunos do 6º e 7º anos do ensino fundamental 2 do município com uso de uma caderno (cartilha) subdivididas dentro da temática e com exercícios.

Destacamos ainda à instituição e publicação da lei municipal nº 519/2018 de autoria do vereador e médico Mario Nogueira que foi sancionada pelo município. A lei dispõe sobre a notificação obrigatória de uso de drogas (bebidas alcoólicas e entorpecentes), por parte do hospital e demais instituições da esfera municipal. As notificações poderão ser realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar.

Como notamos que a sociedade e alguns seguimentos têm-se preocupado em demasia com a questão das drogas e os desdobramentos ocasionados por ela no município. A ausência de fiscalização, prevenção efetiva e combate colaboram com aumento do uso dessas substâncias principalmente por parte dos jovens.

2.3 POLÍTICA DE SAÚDE E LEGISLAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL

Ações referentes à prevenção e o uso de drogas no Brasil foram consolidadas em 1998 após a realização da vigésima Assembleia Geral das Nações Unidas em que a temática em questão foi discutida e analisados os princípios para diminuir a demanda de Drogas.

Diante do quadro brasileiro preocupante o Conselho Federal de Entorpecentes sofreu alteração em sua nomenclatura para Conselho Nacional Antidrogas, cuja missão precípua era o de articular e integrar uma política nacional antidrogas entre o governo e a sociedade. Durante o processo de articulação e integração houve uma grande adesão à temática. O que resultou na instituição da Política antidrogas sob o número 4345/2006.

As ações desenvolvidas possibilitaram que no ano de 2003 fosse idealizada e construída uma agenda nacional para redução da demanda das drogas que deveria contemplar a integração das políticas públicas, a descentralização das ações e assim estreitar as relações.

Dessa forma, a temática das drogas ganhou visibilidade e se manteve na posição de destaque por um período suficiente para que fossem realizados estudos aprofundados sobre a questão o que possibilitou uma melhor avaliação a respeito da Política Nacional Antidrogas (PNAD) considerando o contexto histórico, econômico, social e político. Em 2004 foi realizado um simpósio que proporcionou olhar com detalhes e aprofundamento o que contribuiu para seu ajuste e atualização como também a mudança do termo anti para sobre.

Com as bases alicerçadas a PNAD tratou de elencar seus objetivos, estratégias e diretrizes a fim de que todas as discussões e debates em torno da temática constituem-se essenciais para o planejamento e articulação na redução das demandas em torno das drogas. Chegamos ao ano de 2006 e com ele veio à instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (doravante, SISNAD) por meio da lei 11.343/2006.

Destacamos que com esta instituição foi suplantada uma legislação que se mostrava inadequada e ultrapassada e que já não atendia às necessidades da atual realidade. A substituição das leis anteriores possibilitou o estabelecimento da distinção da figura do dependente/usuário e traficante. Com essa medida também foi possível mudar o paradigma e compreender que o usuário não deve ser detido/preso

por portar drogas para fins pessoais e sim a advertência e reflexão sobre o próprio consumo.

Em 2007, a lei 6.117 cria a Política Nacional sobre álcool. Com essa lei são também estabelecidos objetivos e princípios que possam nortear o enfrentamento coletivo relacionado a ele. Em 2008, é instituída uma nova lei que atualmente é conhecida como lei seca - A lei 11.705 proporcionou uma atualização do Código de Trânsito Brasileiro e foi sancionada em virtude da realização da décima Semana Nacional Antidrogas.

O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas foi instituído no dia 20/05/2010. No decreto 7.179 criou também o comitê gestor e estipulou ações de cunho estruturante ao seu enfrentamento. Sendo que cabe a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) o papel de coordenador e podemos assim dizer de articulador com os demais ministérios, secretarias, organizações não governamentais (ONG'S) e demais instituições parceiras. Assim como nas demais políticas de enfrentamento às drogas tem seu objetivo, diretrizes e ações previstas.

Ao longo do processo da elaboração da nossa atual Constituição Federal várias temáticas foram debatidas dentre elas podemos citar os direitos humanos. Nas acaloradas discussões chegou-se ao consenso que a saúde é um princípio fundamental a uma vida digna e, portanto, um direito do cidadão. A política de saúde vigente foi revista e modificada e assim foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS). A Política de saúde brasileira tem seu funcionamento regulamentado pelas leis 8.080/1990 e 8.142/90. O debate em torno dos direitos humanos foi base para estabelecer os princípios de universalidade, integralidade e equidade. E quanto à lei 8.142 foi possível concretizar o estabelecimento do Conselho de Saúde.

Destacamos o importantíssimo papel da Política Nacional sobre o Álcool do qual sua construção resultante de um processo com muitos e longos debates. Havia uma grande preocupação, sobretudo por parte do Conselho Nacional Antidrogas, pois, tinham ciência da gravidade dos problemas oriundos do consumo e uso abusivo de álcool. Assim, objetivando a abertura e ampliação de espaços para que houvesse uma maior participação social a fim de discutir a temática.

A Política Nacional sobre Álcool foi regulamentada no ano de 2007 pelo decreto nº 6.117/2007. Seu objetivo principal visa o estabelecimento de princípios que norteie a laboração de estratégias para o enfrentamento dos problemas relativos ao uso de álcool de maneira coletiva. Trabalhando coletivamente busca-se realizar ações

integradas para minimizar ou reduzir os danos relativos à sociedade necessária à manutenção da vida e da saúde.

O conceito da OMS, de que nenhum ser humano (ou população) será totalmente saudável ou totalmente doente. Sendo assim, ao longo de sua existência, viverá condições de saúde/doença. Para a OMS, saúde é o estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas o bem-estar na ausência de doenças.

Os danos causados na sociedade pelo uso abusivo do álcool geralmente estão associados a situações de violência e de criminalidades. O estabelecimento em particular desta política deve-se ao fato de reconhecer a sua importância e o quanto ela é essencial para que haja um trabalho coletivo, bem articulado possibilitando que a sociedade obtenha por parte do governo uma resposta efetiva.

Como vimos às políticas nascem das mais variadas discussões e debates e atendem a diversos interesses. A mobilização de uma forma geral contribui para que haja um olhar, um maior cuidado e um atendimento mais humanizado. E de toda essa movimentação em prol de temáticas leis na maioria das vezes resultam em leis e decretos como, por exemplo, a lei 10.216/2001 que trata dos direitos das pessoas que foram diagnosticadas com transtornos mentais, a lei 11.343/2006 instituiu medidas para prevenção ao uso, atenção e reinserção social de usuário e dependentes de drogas.

2.4 A MÍDIA E A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS DROGAS

Frequentemente a televisão, rádio, revistas, jornais e internet enfatizam dados de pesquisa a respeito das drogas e que constantemente são relacionadas a atos de violência e criminalidade. Sabemos que o uso abusivo de drogas sejam elas lícitas ou ilícitas envolvem diversos fatores e setores da sociedade brasileira. Na maioria das vezes a temática é impregnada de um tom moralista, preconceituoso que em nada contribui para a reflexão e discussão crítica para os sujeitos envolvidos.

No ano 2000, MARQUES publicou um artigo intitulado o adolescente e o uso de drogas e nele trouxe a informação que “em 1997, o Centro Brasileiro de informação sobre Drogas (CEBRID) mostrou que existe uma tendência ao aumento do consumo dos inalantes, da maconha, da cocaína e de crack em determinadas capitais. No entanto, o álcool e o tabaco continuam de longe a ocupar o primeiro lugar como as

drogas mais utilizadas ao longo da vida e no momento atual e com mais problemas associados, como por exemplo, os acidentes no trânsito e a violência”.

É fácil ver as propagandas midiáticas sobre bebidas alcoólicas e tabaco. O tabaco limita-se atualmente obrigado por lei a alertar seus usuários sobre uma gama de doenças que vem com o uso. E quanto às bebidas no máximo um “beba com moderação”.

Tão contraditório quanto às mensagens são as opiniões a respeito dos danos, prazer, benefícios e desprazer. E no meio desse turbilhão temos a população afetada pelas consequências do uso abusivo das drogas. Os meios de comunicação propagando a plenos pulmões a violência comumente associada ao tráfico.

Se por um lado a população é alertada pelas mídias sobre as consequências e perigos que as drogas escondem, por outro lado são seduzidas por campanhas publicitárias veiculadas nos diversos meios estimulando a venda e o uso, por exemplo, das bebidas alcoólicas. Um ambiente perfeito, com praias paradisíacas, alegria, descontração, cheio de gente bonita, bem vestida ou com pouca roupa e associada à imagem feminina deslumbrante. É nesse cenário colorido e bem vistoso que se escondem o tenebroso e obscuro mundo do uso abusivo dessas substâncias.

3 MÉTODO

Segundo Pádua (2016) “a busca de uma explicação verdadeira para as relações que ocorrem entre os fatos, quer naturais, quer sociais, passa, dentro da chamada teoria do conhecimento, pela discussão do método” (PÁDUA, 2016, p.20).

Refletindo sobre uma possível explicação para os fatos e dados ligados à questão das drogas é que pensamos em desenvolver a temática deste trabalho, tendo como ponto de partida a ausência de uma política sobre drogas no município de São Francisco do Conde. Além disso, queremos enfatizar a importância da gestão de saúde municipal no gerenciamento de ações e ou estratégias que contemplem essa discussão.

Pádua, 2016, p. 32 destaca que é imprescindível que os aspectos citados abaixo não se separem, mas que colaborem para vislumbrar outros pontos de vista. Como diz Morin et al. 1989 ,p35 [...] “tudo que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico e econômico, histórico, demográfico” (MORIN,1989, p.32). A cidade

creceu e a sociedade não se preparou para dar conta dessa problemática. A área de saúde também passou por mudanças e está em constante renovação. O mundo também passou por muitas transformações e atualizações nos últimos anos principalmente do ponto de vista político, econômico e tecnológico.

É importante também conhecer a visão dessa questão da instância da saúde bem como da parte criminal. Uma entrevista com os representantes dessas instâncias viria corroborar bastante no processo de compreensão e resposta do questionamento e a adoção de medidas no enfrentamento pelas instituições e pela sociedade franciscana.

Os reverberamentos trazidos pela questão das drogas nos leva a perceber que um trabalho em conjunto entre as instituições e a sociedade nos permite vislumbrar as questões de diferentes pontos de vistas.

Sendo assim,

em nome do progresso, do desenvolvimento social, passa-se à construção de uma visão científica do relacionamento social e das relações de produção, que tem como consequência o emprego de técnicas através das quais se controlam todas as variáveis do processo econômico e social (PÁDUA, 2016, p.27)

Nesse sentido, pretendeu-se desenvolver uma pesquisa de estudo de caráter exploratório de abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa de revisão bibliográfica também respaldou a discussão da questão relacionada às drogas.

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto de pesquisa desenvolvido teve como base a análise de dados de forma quantitativa e qualitativa do questionário aplicado e respondido, durante o tempo de coleta de dados desta pesquisa.

3.2 LOCAL DE EXECUÇÃO E TEMPO DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

O presente projeto de pesquisa foi realizado com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Turmas A, B, C e D; do 1º ano Turma B e com ex-estudantes do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho, localizado no bairro do Caípe, na cidade de São Francisco do Conde, Bahia, no período de abril de 2017 a abril de 2018.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES E OBTENÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Foi realizado um levantamento qualitativo e quantitativo dos dados sobre as temáticas contida no questionário, respondido pelos envolvidos com esta pesquisa. Na análise dos dados foram obtidas as seguintes variáveis: sexo, idade, etnia, situação econômica, escolaridade, histórico e religião.

3.4 RISCOS

Em pesquisas com o uso de dados secundários, tais como aplicação de questionários, o tipo de risco mais provável é a possibilidade de exposição de informações pessoais e/ou clínicas dos pacientes, tais como pontos relacionados a aspectos sociais, raciais e sexuais. Segundo o princípio da não maleficência, o pesquisador tem a obrigação de não infligir danos ou males intencionalmente aos participantes da pesquisa (PESSALACIA, RIBEIRO, 2001). Neste sentido, o presente projeto de pesquisa buscou não gerar nenhum tipo de risco físico ou moral aos indivíduos avaliados. Em hipótese alguma serão divulgados, por quaisquer meios de divulgação, dados pessoais ou produtos das análises relacionados aos entrevistados.

3.5 ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Os dados obtidos por meio do questionário aplicado para alunos e ex-alunos do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho da cidade de São Francisco do Conde, no estado da Bahia, foram organizados por meio de uma triagem qualitativa, para a formulação das hipóteses e dos objetivos e posteriormente foram submetidos à uma análise quantitativa, para elaboração dos indicadores que fundamentaram a interpretação final, tabulados e analisados através da estatística analítico-descritiva. Os resultados preliminares foram descritos por meio de tabulações cruzadas com as variáveis disponíveis que discriminaram os vários aspectos analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Constantemente ouvimos a frase de que “nunca pensei que isso fosse acontecer com a minha família”. Mas, o que fazer diante disso? Acredita-se que o dialogo é a melhor saída, mas isso não é o bastante. A pessoa precisa entender que ela tem um problema e que precisa ser ajudada. Nesse sentido, que questão sobre o uso abusivo de drogas, sobretudo as lícitas (álcool e tabaco), precisa ser discutida.

No artigo intitulado *Relações entre o uso de Drogas na adolescência e Família*, de autoria de Henry Dario Cunha RAMIREZ trás a seguinte citação: No Brasil, as drogas legais como o álcool e o tabaco são os problemas de saúde pública mais proeminente (GALDURÓZ et al., 2005). Há evidências de que o álcool é a droga mais consumida por adolescentes, com início entre 14 a 16 anos (ROZIN; ZAGONEL, 2012).

De posse desses dados consideramos importante elaborar um questionário sobre a temática drogas a fim de verificar como os jovens encaram esta dura realidade e suas consequências para a nossa sociedade. Nesta pesquisa traçamos inicialmente um perfil socioeconômico, cultural, e religioso desses jovens. Mais adiante tratamos da questão norteadora deste trabalho que são as drogas como um problema de saúde pública.

Os dados obtidos nesta pesquisa foram extraídos de um questionário composto por 60 perguntas preparada e aplicada com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Turmas A, B, C e D; do 1º ano Turma B e com ex-estudantes do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho, localizada no bairro do Caípe na cidade de São Francisco do Conde, como já mencionamos. A escola atende estudantes dos bairros da Jabequara da Areia, Caípe, Santo Estevão, Muribeca, Socorro, Engenho de Baixo, Ferrolho e das ilhas das Fontes e Paty.

No questionário proposto optamos pelo anonimato dos entrevistados e extraímos os seguintes dados sobre o perfil etário dos 87 pesquisados que responderam a pesquisa: à maioria tem entre 16 a 17 anos de idade, correspondem ao percentual de 48,3%; 32,2% representam os que têm entre 17 a 18 anos. A faixa etária entre 20 e 21 anos representam 6,9%; 3,4% estão situados na faixa etária compreendida entre 22 e 24 anos de idade; 25 a 29 anos e 14 e 15 anos e por fim 2,3% têm entre 30 anos ou mais.

A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados 71,3% é do gênero feminino enquanto que 28,7% são do gênero masculino. Os estudos epidemiológicos nacionais indicam um crescente aumento de mulheres dependentes químicas, considerando a alta prevalência de problemas relacionados ao consumo de drogas entre as mulheres (CARLINI, 2001)

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados 65,5% é composto por estudantes do terceiro ano do Ensino Médio; 8% do segundo ano; 9,2% do primeiro ano; 10,3% possuem nível superior em curso; 4,6% possuem nível superior completo e 2,3% possuem pós-graduação.

A grande maioria dos entrevistados 88,5% é solteiros, 6,9% casados e outros 4,6%. Observamos ainda o quesito renda familiar 37,9% menos de um salário mínimo; 19,5% 1 salário mínimo; 23% 1 salário mínimo e meio; 12,6 3% salários mínimos ou mais 6,9% 2 salários mínimos.

A maioria dos jovens que responderam a enquete respondeu quanto ao biótipo físico: 70,1% consideram-se magros e 29,9% consideram-se gordo. Quando questionado sobre religião 86,2% tem religião e 13,8% não tem religião. 36,8% são católicos, 44,8% consideram-se evangélicos, 5,7% são testemunhas de Jeová; 1,1% são espíritas, 11,5% tem outras religiões. A pesquisa evidenciou de certa forma que a religião pode ser um fator preponderante na proteção desses jovens para o não envolvimento com drogas ou para minimizar o uso de drogas principalmente as lícitas.

“Art. 1º - Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”.

Segundo a pesquisa sobre a questão da ingestão de bebidas alcoólicas 64,4% já ingeriram bebidas alcoólicas e 35,6 % nunca ingeriram bebidas alcoólicas. Inclusive 43,7% já ficaram bêbados. Quando indagado a respeito da idade que tinham ao experimentar pela primeira vez algum tipo de bebida alcoólica 35,6% nunca experimentaram; 21,8% tinham 16 anos ou mais; 13,8% 15 anos ou mais; 8% tinham 14 anos; 6,9% 12 anos; 5,7% 10 anos de idade; 3,4% tinham menos de 10 anos; 2,3% tinham 13 anos; 1,1% tinham 18 anos; 1,1% não lembram a idade que tinham.

Segundo a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), com apoio da Secretaria Nacional Antidrogas

(SENAD), a maioria dos usuários está na faixa de 16 anos de idade. Na faixa etária de 10 a 12 anos, 12,7% dos estudantes já usaram algum tipo de droga na vida.

A frequência com que esses jovens fazem ingestão de bebidas alcoólicas 17,2% respondeu que bebem duas vezes por mês. Já 13,8% fazem uso da bebida semanalmente; 25,3% bebem mensalmente. Apenas 1,1% bebem diariamente e 42,5% responderam que nunca beberam.

A companhia também é fator influenciador para que o jovem desenvolva o hábito. 34,2% bebem com os amigos; 26,3% bebem com a família e amigos; 9,2 % bebem em companhia da família e por fim outros somam 30,3%. Dentre as bebidas preferidas os entrevistados listaram água, suco, refrigerante, ice, 51, catuaba, cerveja, balalaica, uísque, Skol beats, Smirnoff, Corote, champanhe, batida de frutas, Vodca, prosecco e vinho.

Pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), com apoio da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), constatou que os estudantes de escolas públicas estão usando drogas cada vez mais precocemente.

O estudo de Oliveira (2006), acerca das interfaces entre gênero e dependência de drogas lícitas e ilícitas, mostra-se relevante, tendo em vista que no contexto da saúde da mulher, o uso e o abuso de drogas por esta população tem se mostrado predominante, relacionando-se ao contexto cultural, social, familiar e individual, que estão interligados a fatores de risco, como uso do corpo para obter droga, prostituição e doenças sexualmente transmissíveis.

Em nossa pesquisa, ao serem questionados a respeito da tolerância da bebida no organismo 35,4% responderam afirmativamente que aguentam melhor a bebida do que os amigos contra 64,6% que responderam não. A pesquisa também mostrou os períodos em que os jovens mais bebem. Pela manhã 7,3%, à tarde o número sobe para 22% e o campeão é à noite 47,6% e 23,2 afirmam não beber. Ainda sobre a frequência perguntamos em qual dia da semana costuma beber. 29,4% disseram domingo; segunda, terça e quarta cada um teve o percentual de 2,4%. Já 3,5% afirmam gostar de beber na quinta, na sexta 12,9%, sábado 22,4% 54,1% afirma que não bebem de jeito nenhum.

Alguém da sua família, algum amigo ou conhecido já falou para você parar de beber? 62,1% responderam não contra 37,9% responderam sim. Perguntamos

também se ele ou outra pessoa já se machucou por causa da forma como bebe? Responderam não 93,1% e 6,9% responderam sim.

Perguntamos também a razão sobre o fato deles não beberem 19,5% disse que os pais não deixam; 6,9% disse que a religião não permite; 23% disseram que não têm dinheiro pra beber; 13,8% acreditam que faz mal para saúde e bem estar corporal; 2,3% afirmaram ter alguém na família com problemas com álcool e por fim 34,5% não gostam de bebidas alcoólicas.

As próximas questões dizem respeito a questões comportamentais dos entrevistados. Quando perguntado se já ficou com alguém 92% responderam sim e 8% disse não, 52,9% já tiveram relações sexuais. Já 47,1% ainda não se relacionaram sexualmente. E ainda falando em comportamento sexual 48,3% usaram preservativos 13,8 não usaram preservativo, 37,9% não tiveram experiências sexuais, 13,8% já engravidaram e 86,2% não

Sobre comportamentos violentos 39,1% já se sentiram ameaçado por alguém na escola e 60,9% não. Quando inquerido sobre se já ameaçou alguém na escola 13,8% falaram que sim e 86,2% não. Por conta do uso do álcool/drogas você já entrou em uma briga séria na escola, festa, rua, trabalho? Sim 3,4%, não 96,6%.

Na maioria das vezes, a palavra droga aparece, nas manchetes, associada às palavras briga assalto, tiroteio e morte, em segundo lugar, ainda que com menor frequência, a palavra droga vem seguida de conceitos tais como adulteração, “overdose” e morte. Observe-se que em ambos os casos o encadeamento conceitual termina no dano socialmente mais grave: a morte (PERES, 1987, p. 6).

Quanto à oferta de drogas nos lugares em que frequentam 41,4% disseram que já lhe ofereceram drogas e 58,6% disseram que não receberam proposta de oferta de drogas. A posição também da família e dos amigos influencia muito esses jovens. O que seus amigos achariam se você experimentasse (maconha, cocaína, crack, heroína etc.) 8% responderam que eles aprovariam e 92% desaprovaram. Quando a opinião é da família houve uma desaprovação de 100%. Quando mudamos a opção para o cigarro a posição da família de reprovação é de 100% já o posicionamento dos amigos 11,5% aprovaria contra 88,5% que desaprovaram.

O questionamento sobre o uso de algumas dessas drogas como, por exemplo, (solvente, cocaína, maconha, crack, anfetaminas, alucinógenos, anabolizantes, tranquilizantes, tabaco) 5,7% disseram sim e não somaram 94,3%. Por conta do uso do álcool/drogas você já discutiu/brigou com pais e amigos? Responderam sim 6,9%

e não 93,1%. Por conta do uso do álcool/drogas você já tomou parte em briga onde um grupo brigava com outro grupo? Sim 6,9% e não 93,1%. 14,9 % já tiveram problema envolvendo o conselho tutelar, delegacia ou policiais e 85,1% não. Já 54% já presenciaram algum ato de violência em que a pessoa estava sob o efeito de algum tipo de droga e 46% não.

Muitos dos entrevistados, 77%, perderam um ente querido, um amigo ou conhecido por conta de algum tipo de drogas e apenas 23% responderam que não vivenciaram esta situação. Quando modificamos um pouco o foco sobre o familiar, conhecido ou amigo que perdeu pela violência 25,3 % foi vítima de assalto assassinato 80,5%, overdose 6,9%, estupro 0% e sequestro 1,1%. O ato de violência que vitimou seu familiar, amigo ou conhecido foi realizado por Policiais 6,9%, bandidos 63,2% e outros 29,9%.

Sobre a punição dos responsáveis pelos atos de violência e indução ao uso de drogas que vitimaram estas pessoas 19,5 % foram punidos e 80,5% não receberam punição alguma. Refletindo sobre esta questão o que falta ou faltou para coibir a escalada da violência e o combate ao uso de drogas? Leis mais rigorosas 43,7%; maior preparo da policia 25,3%; melhor distribuição de renda 16,1%; políticas e projetos sociais e de saúde 25,3%%; vontade política dos governantes 23%; punição para os culpados e leis rigorosas 43,7%.

Diante das informações expostas podemos inferir que a iniciação precoce do uso do álcool é um dado importante para que sejam adotadas medidas eficazes a fim de evitar o agravamento dos problemas de saúde, econômicos e socioculturais. Como ainda estão em um período de transição entre a adolescência e a fase adulta está mais suscetível aos apelos da mídia no consumo de bebidas alcoólicas

Outro aspecto que não podemos perder de vista é o uso de álcool por parte dos jovens do sexo feminino O uso de bebidas principalmente em festas colaboram de forma significativa para que o estudante tenham um desempenho ruim na escola e como consequência a reprovação ou abandono da escola. Essa situação pode apresentar outra variante: a gravidez da jovem.

Além das consequências em sua formação educacional, o álcool também colabora para o aumento de acidentes de trânsito, de violência e problemas no trabalho. Não podemos deixar de mencionar também as situações constrangedoras no seio familiar, nos círculos de amizades e agravar ainda mais o problema de saúde

com o afastamento do indivíduo do convívio social, empurrando-o para a marginalização social.

Segundo dados de 2004 da Organização Mundial de Saúde, aproximadamente 2 bilhões de pessoas consomem bebidas alcoólicas. Seu uso indevido é um dos principais fatores que contribui para a diminuição da saúde mundial, sendo responsável por 3,2% das mortes e por 4% de todos os anos perdidos de vida útil. Na América Latina, aproximadamente 16% dos anos de vida útil perdidos estão relacionados ao uso indevido dessa substância, índice quatro vezes maior do que a média mundial.

De acordo com o sistema Datasus, em 2012, número mais recente disponível, foram 6.944 óbitos no Brasil. Na Bahia, 578 indivíduos perderam a vida neste mesmo período - média de quase dois óbitos por dia.

Apesar da política antidrogas adotadas pelo governo da Bahia por meio de dos variados programas, projetos executados em parcerias com variadas instituições, a capital da Bahia, apresenta o maior índice de consumo abusivo de bebidas alcoólicas. O Jornal A tarde (versão online) da Bahia trouxe uma matéria sobre a temática no dia 27 de agosto de 2013. Segundo o Jornal esse dado advém de pesquisa realizada dos resultados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) 2012 pelo Ministério da Saúde em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP).

Ainda segundo a matéria veiculada pelo jornal citado acima e referindo-se a pesquisa, 27% da população soteropolitana consumiu álcool em quantidade abusiva nos 30 dias que antecederam a sondagem. No levantamento de 2011, esse índice era de 24%. O estudo é realizado desde 2006. Em relação à idade, o hábito de beber é maior entre as pessoas com idade entre 25 e 34 anos (24,7%), seguidas pelos jovens de 18 a 24 (21,8%).

O fato é que o uso abusivo de drogas, neste caso do álcool de uma forma geral seja no mundo, no Brasil e em São Francisco do Conde por pessoas muito jovens impactarão significativamente âmbito da saúde. O debate em torno desta questão e de suma importância para a sociedade pois, o consumo de bebidas alcoólicas faz parte do cotidiano da sociedade e portanto faz-se necessário que a gestão de saúde municipal afira e enxerguem as drogas (o álcool) como demandas na ordem da saúde pública do município.

Desta pesquisa podemos concluir que a família, religião, conscientização e o não acesso fácil ao dinheiro podem contribuir para o não uso de drogas lícitas, uma vez que, para a questão do álcool, a pesquisa apontou que 6,9% disse que a religião não permite; 23% disseram que não têm dinheiro pra beber; 13,8% acreditam que faz mal para saúde e bem estar corporal; 2,3% afirmaram ter alguém na família com problemas com álcool e por fim 34,5% não gostam de bebidas alcoólicas.

Importantes aspectos de proteção do jovem no que se refere a coibir o uso de drogas não importa se elas são lícitas ou ilícitas. Ficou evidente na pesquisa que alguns atos de violência poderiam ser evitados se houvesse realmente uma fiscalização efetiva por parte dos poderes públicos. Outro dado a ser enfatizado é que os jovens conhecem as drogas sabem das consequências, porém quando estão junto dos amigos são influenciados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esta pesquisa nos indagamos sobre a questão das drogas como uma questão de saúde pública. Considerando o aspecto de saúde pública vimos que a sua proibição é um fator preponderante para a existência de um mercado ilegal bastante promissor e que cresce a cada ano, somando a isto a falta de fiscalização e controle, e por fim o tratamento criminal dado ao indivíduo ou usuário de drogas.

O debate e a explicitação sobre a questão das drogas é de grande relevância para sociedade visto que há um aumento constante no consumo de drogas principalmente o álcool. O consumo exagerado de bebidas alcoólicas tem desencadeado inúmeros problemas, situações de violências e como uma coisa leva a outra temos assim a violência agregada ao tráfico. Como podemos notar é um problema que interessa a todos e que preocupam as autoridades de um modo geral.

O problema das drogas há muito vem desafiando os estudiosos e profissionais das diversas áreas e de modo particular destacaremos aqui os profissionais de saúde. Esses profissionais têm procurado cada vez mais se capacitar para lidar com esta questão que aflige a sociedade dedicando-se assim a estudos e pesquisas que os ajude no dia a dia da sua práxis profissional.

Analisando ainda as políticas públicas e ações antidrogas propostas pelo governo federal notadamente apresentam um cunho de repressão e combate aos

traficantes e usuários e equivocam-se ao deixar de lado o mercado milionário das drogas. Acreditamos na necessidade urgente em mudar a maneira que o governo e o judiciário enxergam, lidam e tratam a questão das drogas.

A criminalização e as penalidades aplicadas e impostas aos usuários deveriam ser trocadas por prevenção, diagnóstico e tratamento. A forma de ver o problema das drogas é cerne da questão. Apesar do avanço trazido pelas atualizações principalmente na forma de classificação entre usuário e traficante há muito ainda a ser feito para que esse problema deixe de configurar o status de criminal e passe a ser de fato uma questão pública.

A gestão de saúde de cada município pode e deve contribuir para que esse rótulo criminal seja substituído por problema de saúde pública. Essa realidade pode ser mudada através da sensibilização da sociedade como um todo. Para isso é necessário conhecer o contexto social e as políticas municipais de prevenção, abordagem e combate às drogas. Na ausência de existência de política antidroga é preciso que a gestão se mobilize os diversos segmentos que formam a sociedade e convoque-os para em conjunto elaborá-la.

A gestão de saúde deve disponibilizar os dados estatísticos na área de saúde e também atualizá-los para que qualquer cidadão, pesquisador e ou estudantes tenham acesso as informações.

A gestão deve compreender a gravidade da situação e traçar propostas ou estratégias de prevenção atingindo a escola, o comércio, igrejas e demais instituições que compõe a sociedade. Através dos meios de comunicação e também dos postos de saúde pode-se divulgar os locais e opções de tratamento para os dependentes.

REFERÊNCIAS

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antônio Catussi.

Políticas Públicas: conceitos básicos. Material Didático para ensino a distância. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf> Acessado em: 25 de Julho de 2017.

CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo. et al. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil:** 2001. São Paulo: CEBRID- Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas. Acessado em 3 de maio de 2018

CHARBONNEAU, Paul Eugéne. **Drogas**: Prevenção, Escola. São Paulo. Paulinas, 1988.

Decreto 7.179 Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm Acessado em 3 de maio de 2018

DECRETO Nº 4.345, DE 26 DE AGOSTO DE 2002. Política antidrogas sob o número 4345/2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4345.htm Acessado em 3 de maio de 2018

DECRETO nº 6.117/2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm
Acessado em 3 de maio de 2018

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acessado em: 25 de Julho de 2017

GALDURÓZ, José Carlos F. NOTO, Ana Regina; CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo. **Tendências do uso de drogas no Brasil**: síntese dos resultados obtidos sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas CEBRID/UNIFESP; 2005. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009

LEI 10.216/2001 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
Acessado em 3 de maio de 2018

LEI 11.343/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acessado em 3 de maio de 2018

LEI 11.705 Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm Acessado em 3 de maio de 2018

LEI 6.117 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm Acessado em 3 de maio de 2018

LEI 8.080/1990 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm
Acessado em 3 de maio de 2018

Lei 8.142/90 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm
Acessado em 3 de maio de 2018

LEI municipal nº519/2018 Disponível em:
<http://www.saofranciscodoconde.ba.io.org.br/diarioOficial/download/713/2373/0>
Acessado em 3 de maio de 2018

LEI nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm acessado em: 25 de Julho de 2017.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. **O adolescente e o uso de drogas**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200000600009
 Acessado em 3 de maio de 2018.

Ministério da Saúde (BR). **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Secretaria Nacional Antidrogas /Elaboração, redação e organização: Ronaldo Laranjeira... [et al.]; Revisão técnica científica: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte. Brasília (DF) 2007.

MORIN, E.et.al. *Ideias Contemporâneas*. Entrevista do Le Monde. São Paulo: Ática. 1989.

OLIVEIRA, Graciele Cadahaiane de et al . Consumo abusivo de álcool em mulheres. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 33, n. 2, Jun. 2012 . Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v33n2/10.pdf>>Acessado em 3 de maio de 2018

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem Teórico-prática. 18 ed. rev. e ampla. Campinas-SP: Papirus, 2016.

PERES, O. M. **Medios de comunicación y prevención de las drogodependencias**. Barcelona: Comissió Tècnica Consell Seguretar Urbana; 1987, p. 6. Disponível em:
http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/seguranca/a_influencia_da_s_drogas_na_criminalidade.pdf Acessado em: 25 de Julho de 2017.

PESSALACIA JDR; RIBEIRO CRO. Vulnerabilidade e riscos em pesquisas com entrevistas. **Nursing** 2007;10(114):509-10. Disponível em:
<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/112/202> Acessado em: 25 de Julho de 2017.

RAMIREZ, Henry Darío Cunha; Rocha, Marciani da. **Relação entre o uso de drogas na adolescência e família**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Marciani-da-Rocha.pdf> 25 de Julho de 2017.

ROZIN, Leandro; ZAGONEL, Ivete Palmira Sanson. Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 25, n. 02, p. 314-318, out. 2012. Disponível em: .<
<http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n2/a25v25n2.pdf> > Acesso em:25 Julho de 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.